

JUCESP
09 08 17



JUCESP PROTOCOLO
0.763.898/17-0

ACE SEGURADORA S.A.
CNPJ/MF nº. 03.502.099/0001-18
NIRE 35.300.174.542

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 1º DE JANEIRO DE 2017

Data, Hora e Local: No 1º dia do mês de janeiro de 2017, às 11:00 horas, na sede social da ACE Seguradora S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Rebouças, nº. 3.970, 25º andar, parte B, 26º andar, 27º andar e 28º andar do Edifício Eldorado Business Tower, CEP 05402-920 ("Companhia").

Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do Artigo 124, da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

Composição da Mesa: Sr. Roberto Salcedo Reyes, Presidente; e Sra. Vera Maria de Carvalho Pinto Rodrigues, Secretária.

Ordem do Dia: Deliberar sobre **(i)** os termos e condições do Protocolo de Incorporação e Justificação ("Protocolo") da Chubb do Brasil Companhia de Seguros ("Chubb") pela Companhia; **(ii)** a ratificação da nomeação da empresa avaliadora, responsável pela avaliação do patrimônio líquido contábil da Chubb e elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil da Chubb ("Laudo de Avaliação"); **(iii)** a aprovação do Laudo de Avaliação; **(iv)** a aprovação da incorporação da Chubb pela Companhia, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Protocolo, com a consequente extinção da Chubb e versão do seu acervo líquido para a Companhia ("Incorporação"); **(v)** a autorização aos Diretores da Companhia para praticarem todos os atos e tomarem todas as providências necessárias à implementação da Incorporação; **(vi)** a alteração da denominação social da Companhia; **(vii)** a alteração do endereço da sede da Companhia; **(viii)** a alteração do caput do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia; e **(ix)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia.

Deliberações: Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes, representando a totalidade do capital social da Companhia, aprovaram por unanimidade de votos e sem ressalvas:

CHUBB SP
09 08 17


(i) a celebração do Protocolo, elaborado em conformidade com o disposto nos artigos 224 e 225 da Lei das S.A., anexado à presente ata como Anexo I;

(ii) a ratificação da nomeação da **Kaph Numeric Contadores Ltda. EPP**, sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulo VI, 526, CEP 01262-010, inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.219.028/0001-99 e no Conselho Regional de Contabilidade sob nº 2SP026415/O-0 ("Empresa Especializada"), como empresa especializada para avaliação do patrimônio líquido contábil da Chubb e para elaboração do Laudo de Avaliação;

(iii) o Laudo de Avaliação da Chubb elaborado pela Empresa Especializada, com base no balanço patrimonial da Chubb levantado na data base de 31 de outubro de 2016, anexado como Anexo I do Protocolo;

(iv) a incorporação da Chubb pela Companhia, de acordo com os termos e condições estabelecidos no Protocolo, com a consequente extinção da Chubb, a qual nos termos do artigo 227 da Lei das S.A., será sucedida pela Companhia em todos os seus direitos e obrigações. A totalidade do patrimônio líquido da Chubb a ser vertido para a Companhia, equivalente a R\$ 342.342.908,59 (trezentos e quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil, novecentos e oito reais e cinquenta e nove centavos) conforme o Laudo de Avaliação, terá a seguinte destinação: (i) R\$ 342.342.880,78 (trezentos e quarenta e dois milhões, trezentos e quarenta e dois mil, oitocentos e oitenta reais e setenta e oito centavos) serão destinados ao aumento do capital social da Companhia, que passará de R\$ 1.884.858.150,71 (um bilhão, oitocentos e oitenta e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, cento e cinquenta reais e setenta e um centavos) para R\$ 2.227.201.031,49 (dois bilhões, duzentos e vinte e sete milhões, duzentos e um mil, trinta e um reais e quarenta e nove centavos), mediante a emissão de 5.537.932 (cinco milhões, quinhentas e trinta e sete mil, novecentas e trinta e duas) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, atribuídas à única acionista da Chubb, DHC Corporation, nos termos do boletim de subscrição anexo à presente ata como Anexo II; e (ii) R\$ 27,81 (vinte e sete reais e oitenta e um centavos) serão destinados à reserva de capital da Companhia. Em decorrência da deliberação ora aprovada, o *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 5º - O Capital Social é de R\$ 2.227.201.031,49 (dois bilhões, duzentos e vinte e sete milhões, duzentos e um mil, trinta e um reais e quarenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e dividido em 32.917.141 (trinta e dois milhões, novecentas e dezessete mil, cento e quarenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.**"

Os acionistas Chubb INA International Holdings Ltd. e Chubb Brazil Holdings Ltd. declaram que deixam de exercer o seu direito de preferência previsto no artigo 171 da Lei das S.A. para a



JUCESP
09 08 17

subscrição do aumento do capital social;

(v) a autorização para os Diretores da Companhia praticarem todos os atos e tomarem todas as providências que se fizerem necessárias à implementação da incorporação da Chubb pela Companhia;

(vi) a alteração da denominação social da Companhia de **ACE Seguradora S.A.** para **Chubb Seguros Brasil S.A.**, com a consequente alteração do artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "*Artigo 1º - A Chubb Seguros Brasil S.A. é uma Sociedade por ações regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.*";

(vii) a alteração do endereço da sede da Companhia para a Avenida Rebouças, nº. 3.970, 25º andar, 26º andar, 27º andar e 28º andar, do Edifício Eldorado Business Tower, na Cidade e Estado de São Paulo, com a consequente alteração do *caput* do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: "*Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Avenida Rebouças, nº. 3.970, 25º andar, 26º andar, 27º andar e 28º andar, do Edifício Eldorado Business Tower, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo*"; e

(viii) a alteração do *caput* do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, a fim de retirar a disposição de que os conselheiros da Companhia devem ser obrigatoriamente acionistas. Em decorrência da deliberação ora aprovada, o *caput* do referido artigo 14 passará a vigorar com a seguinte nova redação: "**Artigo 14** – *A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração composto de, no mínimo, 03 (três) e no máximo, 05 (cinco) membros, acionistas ou não, pessoas naturais, residentes ou não no País, sendo um Presidente, um Vice Presidente e os demais Conselheiros sem designação específica, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.*"

(ix) a consolidação do estatuto social da Companhia, conforme Anexo III à presente.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata na forma permitida pelo parágrafo 1º do artigo 130 da Lei das S.A., que lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

Assinaturas: Mesa: Presidente: Roberto Salcedo Reyes; Secretária: Vera Maria de Carvalho Pinto Rodrigues; Acionistas: Chubb INA International Holdings Ltd., pp. Antonio Eduardo

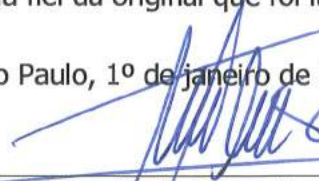


JUCESP
09 08 17

Márquez de Figueiredo Trindade; e Chubb Brazil Holdings Ltd., pp. Antonio Eduardo Márquez de Figueiredo Trindade.

A presente ata é cópia fiel da original que foi lavrada em livro próprio.

São Paulo, 1º de janeiro de 2017.


Vera Maria de Carvalho Pinto
Rodrigues
Secretária







DUCESP
09 08 17

ANEXO III

(Anexo à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da ACE Seguradora S.A., realizada em 1º de janeiro de 2017)

"ESTATUTO SOCIAL DA CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.

CAPÍTULO I. Da Denominação, Sede, Prazo de Duração e Objeto Social

Artigo 1º - A **CHUBB SEGUROS BRASIL S.A.** é uma Sociedade por ações regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro na Avenida Rebouças, nº. 3.970, 25º andar, 26º andar, 27º andar e 28º andar, do Edifício Eldorado Business Tower, na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo.

Parágrafo Único – Por deliberação da Diretoria, poderão ser instaladas, transferidas ou extintas filiais, escritórios, agências, sucursais ou depósitos em qualquer ponto do território nacional.

Artigo 3º - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Artigo 4º - A Sociedade tem por objeto:

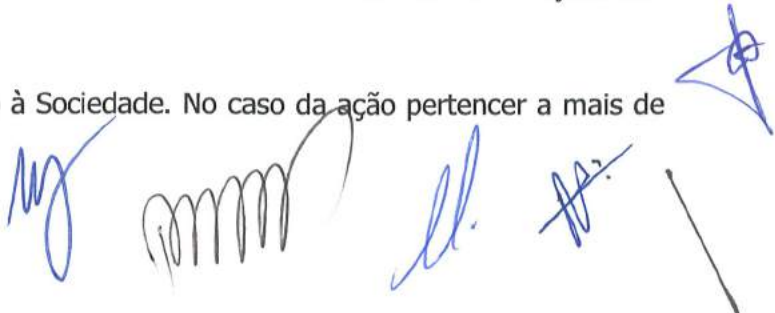
- a) a operação de Seguros em seguros de danos e seguros de pessoas; e
- b) a participação, por conta própria, no capital de outras sociedades, como quotista ou acionista.

CAPÍTULO II. Do Capital e das Ações

Artigo 5º - O Capital Social é de R\$ 2.227.201.031,49 (dois bilhões, duzentos e vinte e sete milhões, duzentos e um mil, trinta e um reais e quarenta e nove centavos), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e dividido em 32.917.141 (trinta e dois milhões, novecentas e dezessete mil, cento e quarenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Artigo 6º - Cada ação ordinária confere ao seu titular direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Artigo 7º - A ação é indivisível em relação à Sociedade. No caso da ação pertencer a mais de



DUCESP
09 08 17

uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

Artigo 8º - As ações não serão representadas por cautelas, presumindo-se a respectiva propriedade pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações Nominativas.

Artigo 9º - Nos casos de reembolso de ações, previstos em lei, o valor de reembolso corresponderá ao valor do patrimônio líquido das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembleia Geral, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na Lei das Sociedades por Ações e com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Artigo 10 - O acionista que desejar ceder ou transferir suas ações ou direitos de subscrição a terceiros não acionistas da Sociedade, a qualquer título, total ou parcialmente, deverá notificar todos os demais acionistas da Sociedade, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, para que tais acionistas, em igualdade de condições e na proporção de suas participações societárias, possam exercer o direito de preferência na aquisição das ações.

Parágrafo 1º - Não se aplica o disposto neste artigo às conferências de ações para integralização do capital de outras sociedades, desde que o controle de tais sociedades seja do mesmo acionista que procedeu à conferência.

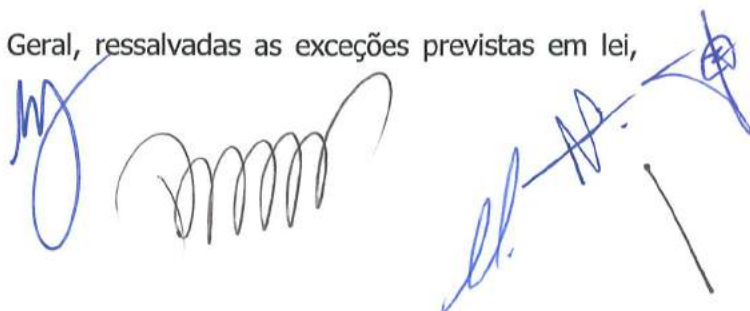
Parágrafo 2º - O direito de preferência previsto neste artigo deverá ser averbado no Livro de Registro de Ações Nominativas da Sociedade.

CAPÍTULO III. Das Assembleias Gerais

Artigo 11 - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 3 (três) meses seguintes ao término do exercício social, isto é, até 31 de março de cada ano, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações, que serão feitas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice Presidente ou por qualquer outro membro do Conselho de Administração da Sociedade.

Artigo 12 - A Assembleia Geral será instalada de acordo com a legislação aplicável e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por um acionista eleito dentre os presentes, ao qual caberá a designação de secretário.

Artigo 13 - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos.



DUCESP
09 08 17

CAPÍTULO IV. Da Administração da Sociedade

Do Conselho de Administração

Artigo 14 – A Sociedade será administrada por um Conselho de Administração composto de, no mínimo, 03 (três) e no máximo, 05 (cinco) membros, acionistas ou não, pessoas naturais, residentes ou não no País, sendo um Presidente, um Vice Presidente e os demais Conselheiros sem designação específica, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - O prazo de mandato do Conselho de Administração será de 03 (três) anos, permitida a reeleição. Até 1/3 (um terço) dos membros do Conselho de Administração poderão ser eleitos para a Diretoria. Os administradores permanecerão nos cargos até a posse dos novos administradores eleitos.

Parágrafo 2º - Os Conselheiros serão investidos em seus cargos mediante assinatura do Termo de Posse, prestando as informações exigidas por lei, independentemente de qualquer caução.

Artigo 15 – No caso de ausência ou incapacidade temporária de qualquer Conselheiro, este deverá ser substituído interinamente por substituto designado pelo Conselho de Administração. No caso de vaga em decorrência de renúncia, falecimento ou incapacidade permanente de qualquer membro, ou de sua recusa em cumprir suas respectivas obrigações, será convocada uma Assembleia Geral dentro de 20 (vinte) dias a contar da ocorrência desse evento, para nomear um substituto que servirá pelo prazo restante de mandato do Conselheiro substituído.

Artigo 16 – O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos, a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação de seu Presidente, ou na ausência deste, por qualquer outro Conselheiro, convocação esta que deverá ser efetuada por comunicação escrita, sempre com, no mínimo, 8 (oito) dias úteis de antecedência da realização da reunião, a qual poderá ser dispensada em caso de comparecimento de todos os Conselheiros. As notificações deverão informar a hora, data, local e ordem do dia da reunião, anexando cópias dos documentos ou propostas a serem apreciados ou discutidos.

Parágrafo 1º - Para que se instale validamente a reunião do Conselho de Administração, é necessária a presença da maioria dos Conselheiros em exercício.

Parágrafo 2º - As reuniões do Conselho de Administração serão preferencialmente realizadas na sede social e presididas por seu Presidente ou, na ausência deste, pelo Vice Presidente ou por outro Conselheiro designado pelo Conselho de Administração. As reuniões do Conselho de



DUCESP
09 08 17

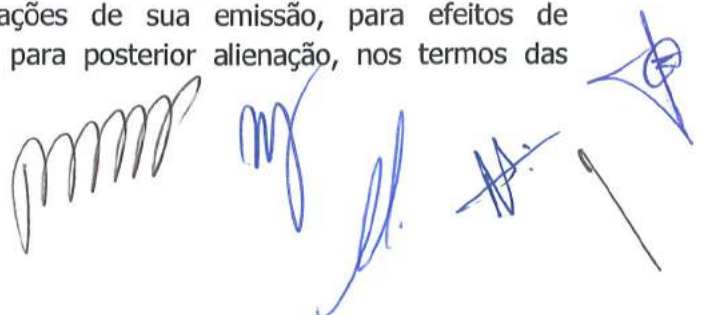
Administração poderão ser realizadas, também, através de telefone ou videoconferência, desde que todos os membros possam ouvir uns aos outros. Ao final da reunião os Conselheiros que não estiverem presentes fisicamente na reunião poderão enviar seu voto para a Sociedade através de carta, telegrama, fac-símile, e-mail ou qualquer outra forma escrita.

Parágrafo 3º - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta de votos, cabendo ao Presidente do Conselho, em caso de empate, o voto de qualidade, sem prejuízo de seu voto singular.

Parágrafo 4º - Em caso de ausência do Presidente, ou de qualquer outro membro do Conselho de Administração, e considerando a impossibilidade do referido membro em participar da reunião através de conferência telefônica ou videoconferência, o membro ausente deverá outorgar uma procuração a um outro membro do Conselho de Administração da Sociedade, para que seja representado na reunião correspondente. A procuração deverá ser formalizada por escrito, indicando o prazo de validade determinado para a reunião correspondente e deverá conter poderes específicos para a votação das matérias que serão deliberadas em tal reunião, bem como a indicação de voto do Presidente do Conselho de Administração.

Artigo 17 – Compete ao Conselho de Administração:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- b) eleger, destituir, aceitar renúncia e substituir os Diretores da Sociedade e os membros do Comitê de Auditoria;
- c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre atos e contratos celebrados ou em vias de celebração, e manifestar-se sobre atos e contratos que lhes sejam submetidos pela Diretoria;
- d) convocar Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária nos casos previstos em Lei e quando julgar conveniente;
- e) manifestar-se previamente sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- f) autorizar a aquisição pela Sociedade, de ações de sua emissão, para efeitos de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, nos termos das disposições legais vigentes;



DUCE SP
09 08 17

- g) autorizar previamente a concessão, pela Sociedade, de quaisquer garantias, fianças, avais, penhor mercantil ou hipotecas, as quais só poderão ser concedidas em operações de interesse para a Sociedade;
- h) autorizar a venda, alienação, locação ou oneração de bens do ativo fixo, incluindo bens imóveis e/ou direitos a eles relacionados;
- i) autorizar a contratação de empréstimos e/ou financiamentos;
- j) deliberar a respeito do levantamento de balanços semestrais ou intermediários, bem como declarar dividendos semestrais ou intermediários à conta de lucros apurados nesses balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, na forma prevista em Lei;
- k) deliberar sobre a declaração e/ou o pagamento de juros sobre capital próprio;
- l) escolher ou destituir os auditores independentes da Sociedade, bem como indicar aos mesmos as diretrizes, normas e prazos a serem seguidos para a prestação de informações.

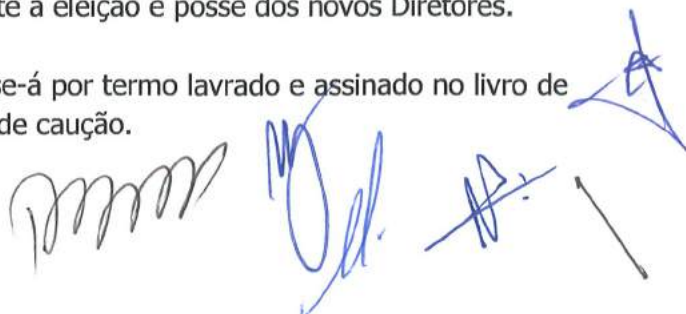
Da Diretoria

Artigo 18 – A Diretoria será constituída por no mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) Diretores, sendo (i) um Diretor Presidente; (ii) um Diretor responsável pelas Relações com a Superintendência de Seguros Privados; (iii) um Diretor Responsável Técnico; (iv) um Diretor Responsável Administrativo Financeiro; (v) um Diretor Responsável pelo cumprimento da Lei 9.913/98; e (vi) um Diretor Responsável pelos Controles Internos da Companhia, sendo acionistas ou não, residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, que também fixará seus honorários.

Parágrafo Único – É permitido aos Diretores Responsáveis o acúmulo de no máximo 2 (duas) funções.

Artigo 19 – O prazo de mandato da Diretoria, que é reelegível, é de 3 (três) anos, mas qualquer que seja a data de eleição, os mandatos dos Diretores terminarão na data da Assembleia Geral que examinar as contas do último exercício social de suas gestões. Os Diretores continuarão no exercício de seus cargos até a eleição e posse dos novos Diretores.

Artigo 20 – A investidura no cargo de Diretor far-se-á por termo lavrado e assinado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria, independentemente de caução.



DUCESP
09 08 17

Artigo 21 – Nos impedimentos ou ausências temporárias do Diretor Presidente, o mesmo designará entre os demais Diretores o seu substituto. Nos impedimentos ou ausências temporárias de qualquer outro Diretor, competirá à Diretoria indicar, entre os Diretores, um substituto que acumulará interinamente as funções do Diretor impedido.

Parágrafo 1º - Ocorrendo vaga na Diretoria, proceder-se-á da mesma forma estabelecida neste artigo, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo pela primeira assembleia geral que se realizar.

Parágrafo 2º - Caso o número de Diretores se torne inferior a dois, deverá ser imediatamente convocada uma reunião do Conselho de Administração para provimento do cargo vago.

Parágrafo 3º - Além dos casos de morte ou renúncia, considerar-se-á vago o cargo do Diretor que, sem justa causa, deixar de exercer suas funções por 30 (trinta) dias consecutivos.

Artigo 22 – A Diretoria reunir-se-á ordinariamente, pelo menos, uma vez por ano para análise das demonstrações financeiras e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem, na forma das deliberações previstas no Estatuto Social, devendo ser convocada por qualquer de seus membros, com 3 (três) dias de antecedência.

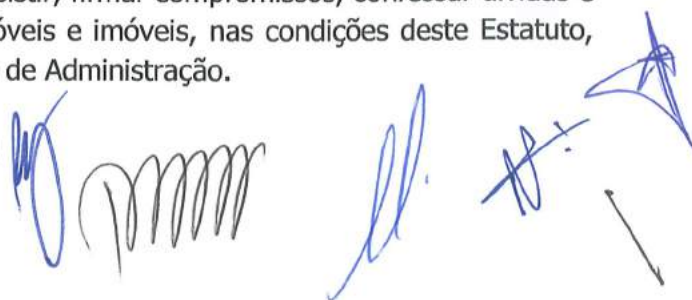
Parágrafo 1º - É dispensado o interregno de 3 (três) dias quando a Diretoria se reunir com a presença, ou a representação, de todos os membros em exercício.

Parágrafo 2º - Em todas as reuniões da Diretoria, é admitido que o Diretor ausente seja representado por um de seus pares, seja para formação de "quórum", seja para votação; e, igualmente, são admitidos votos por carta, telegrama, telex ou fac-símile, quando recebidos na sede social até o momento da reunião.

Parágrafo 3º - Nas reuniões da Diretoria, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, e constarão de atas lavradas e assinadas no livro próprio.

Artigo 23 – Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria fica investida de poderes para transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas e fazer acordos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, nas condições deste Estatuto, desde que devidamente autorizada pelo Conselho de Administração.

Artigo 24 – Compete especialmente, à Diretoria:



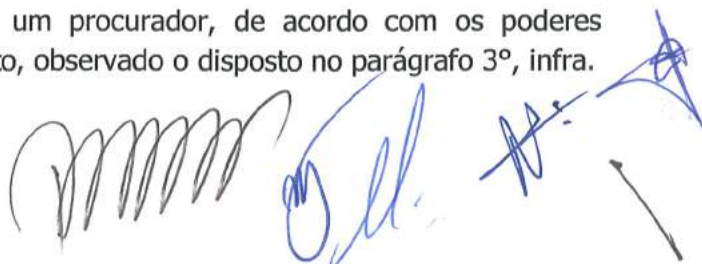
DUCESP
09 08 17

- a) apresentar à Assembleia Geral o Relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras previstas em lei, depois de submetidas ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, se em operação;
- b) deliberar sobre a instalação, transferência ou extinção de filiais, agências, sucursais, escritórios e outras dependências da Sociedade;
- c) agir em conformidade com a orientação geral dos negócios sociais e a política comercial e financeira da Sociedade, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração;
- d) respeitar e fazer cumprir o Estatuto Social;
- e) deliberar sobre a alienação de direitos de subscrição e de valores mobiliários, exceto a alienação de valores mobiliários não registráveis no ativo permanente da Sociedade;
- f) nomear procuradores e representantes da Sociedade, cujos poderes deverão ser especificados nos respectivos instrumentos de mandato e serem outorgados por prazo determinado, salvo o caso de procuração para fins judiciais.

Parágrafo Único – As deliberações sobre as matérias relacionadas no artigo 24, supra, deverão sempre ser aprovadas em reunião de Diretoria, devidamente convocada para este fim.

Artigo 25 – A Sociedade considerar-se-á obrigada quando representada:

- a) conjuntamente por dois Diretores, sendo um deles necessariamente o Diretor Presidente nos atos previstos no parágrafo 1º infra;
- b) conjuntamente por dois Diretores ou por um Diretor e por um procurador, de acordo com os poderes outorgados no respectivo instrumento de mandato, nos atos que criem ou modifiquem obrigações da Sociedade ou que desobriguem terceiros perante a Sociedade, observado o disposto no parágrafo 1º infra;
- c) conjuntamente por dois procuradores, de acordo com os poderes outorgados nos respectivos instrumentos de mandato, observado o disposto nos parágrafos 1º e 2º, infra;
- d) isoladamente por qualquer Diretor ou por um procurador, de acordo com os poderes outorgados no respectivo instrumento de mandato, observado o disposto no parágrafo 3º, infra.



DUCESP
09 08 17

Parágrafo 1º - A Sociedade deverá ser representada na forma prevista na letra "a", supra, nos seguintes casos:

- a) alienação de bens da Sociedade, exceto os valores mobiliários não registráveis no ativo permanente;
- b) constituição de gravames sobre os ativos da Sociedade e a outorga de fiança pela mesma;
- c) nomeação de procuradores.

Parágrafo 2º - A Sociedade poderá ser representada nas formas previstas nas letras "a", "b" e "c", supra, nos atos de emissão e endosso de cheques, de aceite de duplicatas e transferências bancárias de títulos e valores;

Parágrafo 3º - A representação da Sociedade por um só Diretor ou procurador está limitada aos seguintes atos:

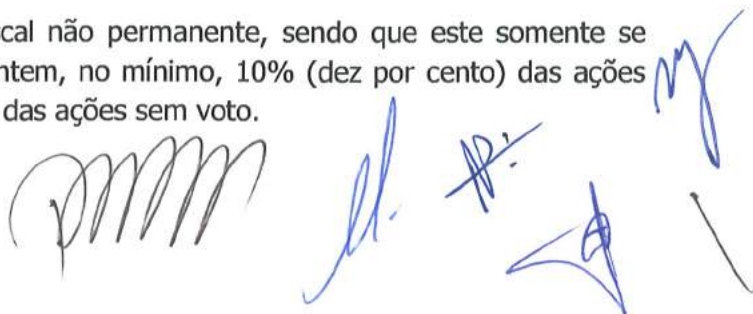
- a) de representação perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, inclusive Departamento do Comércio Exterior, Carteira de Câmbio e quaisquer outras, Secretaria da Receita Federal, Secretaria da Fazenda, autarquias e Correios e Telégrafos;
- b) de representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão ou demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas;
- c) constituição de procuradores para fins exclusivamente judiciais.

Parágrafo 4º - Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela Sociedade terão prazo de vigência determinado.

Artigo 26 - Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores concederem fianças ou avais em nome da Sociedade, bem como contraírem obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um deles pessoalmente pela infringência deste artigo.

CAPÍTULO V. Do Conselho Fiscal

Artigo 27 - A Sociedade terá Conselho Fiscal não permanente, sendo que este somente se instalará a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto e/ou 5% (cinco por cento) das ações sem voto.



DUCESP
09 08 17

Artigo 28 – Caso solicitado seu funcionamento, os acionistas deverão determinar, por meio da Assembleia Geral, o número de membros efetivos e igual número de suplentes para compor o Conselho Fiscal. Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após sua instalação.

Artigo 29 – A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será determinada pela Assembleia Geral que os elege.

CAPÍTULO VI. Do Comitê de Auditoria

Artigo 30 – O Comitê de Auditoria será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração anualmente, e por ele destituíveis.

Parágrafo 1º – Os membros do Comitê têm seu mandato anual renovável no limite máximo de 5 (cinco) anos, sendo, portanto, permitidas até 4 (quatro) reeleições sucessivas.

Parágrafo 2º - É indelegável a função de membro do Comitê de Auditoria.

Artigo 31 – O Conselho de Administração que elege os membros do Comitê de Auditoria escolherá, dentre eles, o que exercerá o cargo de Presidente, a quem caberá:

- a) Organizar e coordenar a agenda anual do Comitê;
- b) Elaborar e propor programa de trabalho para o Comitê;
- c) Assegurar que os membros do Comitê recebam informações completas e tempestivas sobre os itens constantes na pauta das reuniões;
- d) Preparar a pauta das reuniões do Comitê;
- e) Convocar, instalar e presidir as reuniões do Comitê;
- f) Comunicar ao Conselho de Administração as propostas aprovadas pelo Comitê e acompanhar a execução das respectivas medidas por este recomendadas;
- g) Dar o voto de desempate nas deliberações; e



DUCEAP
09 08 17

h) Cumprir e fazer com que o Regulamento do Comitê de Auditoria seja cumprido por todos os demais membros.

Artigo 32 – O Comitê de Auditoria reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente sempre que houver necessidade, preferencialmente nas dependências da Companhia.

Artigo 33 – As atribuições do Comitê de Auditoria, além daquelas previstas na regulamentação vigente, encontram-se previstas no seu regimento interno.

CAPÍTULO VII Do Exercício Social e Distribuição de Lucros

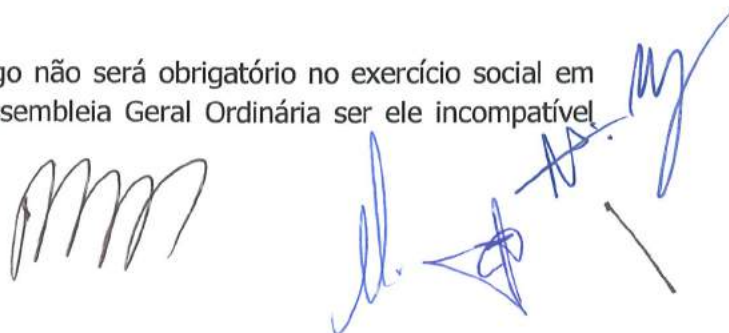
Artigo 34 - O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação comercial e fiscal.

Artigo 35 – O lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação:

- (i) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
- (ii) 5% (cinco por cento) para distribuição do dividendo obrigatório;
- (iii) retenção para formação da reserva estatutária denominada "Reserva de Expansão e Novos Negócios" constituída com o propósito de financiar as atividades desempenhadas pela Companhia, inclusive mediante a subscrição de ações em aumentos de capital da Companhia e/ou distribuição de dividendos aos seus acionistas, a qual será formada com o limite de até 80% (oitenta por cento) do lucro líquido do exercício e não poderá ter saldo superior a 80% (oitenta por cento) do capital social, se proposta pelo Conselho de Administração e aprovada pela Assembleia Geral; e
- (iv) o saldo do lucro líquido será objeto de distribuição de dividendos conforme proposto pelo Conselho de Administração e deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral poderá deliberar, caso não tenha oposição de qualquer acionista, sobre a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou sobre a retenção de todo o lucro líquido.

Parágrafo 2º - O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que o Conselho de Administração informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível



DIUBAP
09 08 17

com a situação financeira da Companhia. Para estas situações, caso o Conselho Fiscal esteja em funcionamento, deverá dar parecer a respeito.

Parágrafo 3º - Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do parágrafo 2º acima serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios sociais subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas, assim que a situação financeira da Companhia permitir.

Artigo 36 - O Conselho de Administração poderá solicitar que a Diretoria prepare balanços intermediários para declarar dividendos calculados com base nos lucros apurados nesses balanços, de acordo com a legislação aplicável.

Artigo 37 - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral aprovado pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VII. Da Liquidação da Sociedade

Artigo 38 - A Sociedade entrará em liquidação voluntária ou compulsória em conformidade com o disposto nos artigos 97 do Decreto-Lei 73/66 e 1º do Decreto 75.072/74.

CAPÍTULO VIII. Das Disposições Finais

Artigo 39 - Fica eleito o foro da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas deste Estatuto.

Artigo 40 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos de acordo com a Legislação em vigor."



